

O ensino das disciplinas das áreas de Cultura, Memória e Patrimônio Cultural na Arquivologia: Um balanço de dez anos de experiência

Teaching Culture, Memory and Cultural Heritage in Archivology: An overview of a ten-year experience

Ivana D. Parrella

Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais

e.mail: ivanaparrella@ufmg.br

Resumo

Este artigo apresenta experiência de ensino das disciplinas das áreas de “Cultura” e “Memória e Patrimônio Cultural” no curso de Arquivologia da Universidade Federal de Minas Gerais ao longo dos dez primeiros anos do curso. Analisam-se as mudanças de perspectivas de trabalho durante o processo de criação e consolidação do curso, que já passou por uma reforma curricular em 2014 e que passa pela segunda reforma curricular em 2019. O curso oferece as disciplinas “Cultura e Informação”, “Memória e Patrimônio Cultural” e “Ação Cultural e Educação Patrimonial” como um eixo para o estudo e a reflexão sobre o papel das instituições arquivísticas como Lugares de Memória (NORA) e sobre a inserção ou não do patrimônio arquivístico nas políticas brasileiras de patrimônio cultural. Conclui que a temática oferece subsídios essenciais à formação do arquivista no que tange às funções de avaliação dos documentos arquivísticos e de difusão dos acervos e de seus valores patrimoniais.

Palavras-chave: Ensino; Arquivologia; Cultura; Memória; Patrimônio cultural.

Abstract

This paper draws on teaching experience in the field of Culture, Memory and Cultural Heritage in the Archivology course at Federal University of Minas Gerais over the first decade of the course. The shift in work approaches over the course creation and implementation is analyzed, once a curriculum reform occurred in 2014 and another curricular reform is to be held 2019. In the course disciplines on “Culture and Information”, “Memory and Cultural Heritage” as well as “Cultural Actions and Heritage Education” stand as a pillar for study and reflection on the role played by archival institutions as Places of Memory (NORA) and on whether archival patrimony is encompassed by the Brazilian cultural heritage policies. In conclusion, such issue provides essential tools for training for archivists in archival documents alongside dissemination of collections and its patrimony values.

Keywords: Teaching; archivology; culture; memory; cultural heritage.

1 Introdução

O trabalho apresenta e discute alguns aspectos da experiência de ensino das disciplinas das áreas de “Cultura” e “Memória e Patrimônio Cultural” no curso de Arquivologia da Universidade Federal de Minas Gerais ao longo dos dez primeiros anos do curso, ou seja, de 2009 a 2019. Analisam-se as mudanças de perspectivas de trabalho durante o processo de criação e consolidação do curso, que já passou por uma reforma curricular em 2014 e que passa pela segunda reforma curricular em 2019.

O curso oferece as disciplinas “Cultura e Informação”, “Memória e Patrimônio Cultural” e “Ação Cultural e Educação Patrimonial” como um fio condutor para o estudo e a reflexão sobre o papel das instituições arquivísticas como responsáveis por fornecer subsídios para a construção de memórias coletivas, como Lugares de Memória (NORA), que compensam a perda dos

meios de memória, que tradicionalmente dispúnhamos; e, sobre a inserção ou não do patrimônio arquivístico nas políticas brasileiras de patrimônio cultural.

Partimos das discussões de Andreas Huyssen sobre a sedução da memória, que nos ronda desde o final do século XX. Para o autor, “um dos fenômenos culturais e políticos mais surpreendentes dos anos recentes é a emergência da memória como uma das preocupações culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais” (2000, p. 9). O que a seu ver, contrastaria com o privilégio dado ao futuro característico da modernidade do início do mesmo século. Viveríamos assim, uma ‘cultura de memória’, marcada pela comercialização crescente e bem sucedida da memória pela indústria cultural do ocidente e ganha força em outras partes do mundo, especialmente, a partir de 1989, como no caso dos países que vivem o pós-comunismo (HUYSSSEN, 2000, p. 15-16).

Apesar da disseminação de tal valoração da memória, nas reflexões sobre o tema, destaca-se que o lugar político das práticas de memória é ainda local, regional ou nacional e não global. Assim, os arquivos tornam-se arsenais para combater o medo do esquecimento com estratégias de rememoração, tanto públicas como privadas. Tais debates, permitem lembrar aos alunos que quanto maior a capacidade de armazenamento, menor a capacidade de rememoração ativa do passado, que ancora nossa identidade e construção de perspectivas de futuro.

O texto clássico de Jacques Le Goff (2003) ao definir memória e memória coletiva permite discuti-las como um fenômeno individual e psicológico, como capacidade mnemônica que possibilitaria ao homem conservar certas informações e ainda a atualização de impressões ou informações passadas.

Outro aspecto importante a ser explorado no trabalho do autor diz respeito aos riscos que corremos de monumentalizar documentos em nosso trabalho. Le Goff nos mostra que documentos e monumentos, como materiais da memória coletiva e da história, não são um conjunto do que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam nas sociedades como agentes culturais, por exemplo, quer pelos que se dedicam à ciência do passado, os historiadores. O autor ressalta que o documento não é inócuo, que resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. Com isso, é possível lembrar aos alunos que não existe um documento-verdade, mas que as verdades são construídas por quem lança mão do documento como prova, como testemunho. Outro aspecto a ser problematizado com relação ao trabalho do arquivista, que pode ser explorado em comparações com o trabalho do historiador, diz respeito a suposta isenção do profissional do arquivo.

Em outra frente de trabalho, ao abordar a cultura é possível discutir o conceito como uma totalidade de normas, valores, crenças e tradições de uma determinada coletividade, que porta uma identidade específica. O que nos permite discutir as especificidades desenvolvidas por grupos sociais, que são construídas até mesmo no trabalho que consideramos mais rotineiro. Além disso, afastamo-nos das associações da cultura às artes eruditas e nos aproximamos dos debates sobre diversidade cultural, patrimônio imaterial, memória e história afro-brasileira e indígena nas políticas culturais do país.

Outro aspecto a ser considerado nas disciplinas abordadas neste trabalho diz respeito às relações desses debates sugeridos acima com as questões referentes à sustentabilidade, educação ambiental e ações de preservação do patrimônio cultural. Tais discussões permitem compreender as cartas patrimoniais, convenções ou recomendações de órgãos transnacionais

como do Conselho Internacional de Arquivos ou da Unesco. Além de tornar compreensível o grande apelo global à diversidade cultural e em um contexto de luta obstinada pelas identidades regionais em meio à configuração da globalização cultural apontada por Mattelart (2005, p. 96) a partir dos anos 1990.

2 A Arquivologia na UFMG

O curso de Arquivologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) teve seu projeto pedagógico aprovado pela Câmara de Graduação em outubro de 2008. A primeira turma iniciou suas atividades em março de 2009. Como nova graduação, criada no âmbito do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)[1], já havia a previsão de rever sua proposta curricular assim que os professores contratados especialmente para o curso e os alunos chegassem a Universidade.

A proposta do curso de Arquivologia foi elaborada em um contexto em que a Escola de Ciência da Informação da Universidade se reformulava como um todo. Originalmente criada como uma escola de Biblioteconomia, a unidade já havia alterado seu nome nos anos 2000, incorporando o nome da área e passado a oferecer o curso original em três turnos, além dos cursos de pós-graduação criados nos anos 1970 (CENDÓN, 2008). Tudo isso era feito por apenas trinta professores, distribuídos em dois departamentos: Teoria e Gestão da Informação e Organização e Tratamento da Informação.

Na primeira estrutura curricular do curso de Arquivologia, a grade era constituída de forma articulada com os cursos de Biblioteconomia e Museologia (este iniciado em 2010). Estruturava-se em três partes, somando 2.400 horas: 1ª) tronco comum – 960 horas, distribuídas em 17 disciplinas; 2ª) tronco específico – 570 horas, distribuídas em 10 disciplinas; e 3ª) tronco de flexibilização – 630 horas, com possibilidade de desenvolvimento de outras atividades acadêmicas, como: formação complementar (optativas), formação livre (eletivas) e outras atividades geradoras de créditos (como, participação em eventos e publicação de trabalho científico) (PARRELA; ARREGUY, 2015).

No tronco comum, originado do curso de Biblioteconomia, já existiam as disciplinas “Cultura e Informação” e “Memória e Patrimônio Cultural”, cada uma com 60 horas/aula e valendo 4 créditos, situação que se mantém até hoje nos dois casos. No entanto, toda a ênfase no que se refere tanto às políticas públicas de cultura e patrimônio quanto ao histórico destas políticas era atribuída a partir das bibliotecas.

Tal situação fazia com que uma das principais demandas apresentadas pelos primeiros alunos ao colegiado referia-se à substituição de disciplinas do tronco comum por disciplinas específicas ou à adequação de seus

conteúdos à Arquivologia. Essas propostas, somadas às competências identificadas no novo grupo de professores contratados para a área, levaram à reformulação do curso a partir do final de 2010.

Na nova grade curricular do curso, foi mantida a carga horária de 2.400 horas/aula, assim como dez disciplinas do tronco comum: “Elaboração e apresentação de trabalhos científicos”, “Introdução à Informática”, “Cultura e Informação”, Teorias da Organização”, “Introdução a Bancos de dados”, “Preservação de Acervos”, “Métodos e técnicas de pesquisa”, “Memória e patrimônio cultural”, “Estudos de usuários” e “Fundamentos da Ciência da Informação”.

A proposta apresentada era no sentido de que tais disciplinas fossem repensadas, considerando como fio condutor do curso as disciplinas obrigatórias da Arquivologia, que passaram a ser oferecidas desde o primeiro período a partir da disciplina “Introdução à Arquivologia”.

A mesma reforma, incorporou algumas disciplinas optativas que já eram consideradas “optatórias” pelos alunos das primeiras turmas, tamanho o interesse que despertavam e suas conexões com a Arquivologia. “Paleografia” e “Ação Cultural e Educação Patrimonial” são exemplos dessa justificativa para a inserção na grade curricular.

Para a elaboração dessa nova proposta, um dos principais referenciais teóricos apoia-se em algumas análises canadenses sobre os campos de pesquisa em Arquivologia (COUTURE; LAJEUNESSE; 2014, p. 218), as quais foram resumidas na discussão sobre os seguintes temas norteadores: “Teoria arquivística”, “Formação em arquivística”, “Funções arquivísticas”, “Gestão de arquivos e de documentos arquivísticos”, “Políticas, leis e normas arquivísticas”, “Tipos de mídias e arquivos”, “História dos arquivos e da arquivologia”, “Gestão de programas e serviços arquivísticos” e “Arquivos e os registros de memória”.

Em outubro de 2014, cinco anos após sua criação, o curso passou por um processo de avaliação pelo Ministério da Educação, obtendo a nota máxima [2]. Nesse contexto, as três disciplinas que delineavam um eixo sobre cultura, memória e patrimônio para o curso já se encontravam incorporadas e em nova disposição na grade curricular.

3 Cultura e Informação

Esta disciplina tem por objetivo oferecer referenciais básicos para o debate sobre cultura e informação. Embora, enfrente críticas por parte dos alunos, pela vastidão dos temas abordados e pela ampla bibliografia, ela é oferecida no primeiro período do curso. A opção por sua alocação levou em consideração a inserção das instituições arquivísticas nos órgãos de cultura do País e

a necessidade de aproximar os discentes das temáticas associadas à cultura.

Após os debates iniciais sobre cultura, que privilegiam autores como Keesing (1961) e Bosi (1987), a disciplina discute modelos de comunicação e o direcionamento da informação, percepção e processamento cognitivo da informação e da cultura no contexto digital, a partir de trabalhos como os de Araújo (2001), Dizard (2001) e Santanella (2007).

Desde 2010, a Escola possui como professor responsável pela disciplina um antropólogo. Isso foi importante para ampliar o debate sobre o conceito antropológico de cultura na disciplina, enfatizando as questões relativas a: memória, patrimônio intangível e identidades culturais e sociais, como comunidades quilombolas, expressões culturais afro-brasileiras (Reinado/Congado, Capoeira), dentre outros aspectos. Muitas vezes, a disciplina já foi oferecida por professores contratados para a implantação do curso de Arquivologia com formação em artes visuais ou história, mas que procuraram seguir a mesma perspectiva cultural a partir de um olhar antropológico.

Cabe destacar que outras disciplinas ao longo do curso discutem a interface da Arquivologia com a Ciência da Informação. Assim, esse não é o único espaço para o debate sobre informação no curso. Esses conteúdos foram afastados dos semestres iniciais do curso quando se enfatizam referências mais caras à Arquivologia.

4 Memória e Patrimônio Cultural

Esta disciplina tem por objetivo possibilitar ao aluno: refletir sobre os conceitos fundamentais relativos às memórias individual e social e ao patrimônio cultural; compreender os processos históricos de construção de uma política patrimonial no Brasil; e discutir as diferentes possibilidades de atuação como gestores de lugares de memória e patrimônio. Para dar conta de tais objetivos, abordam-se conceitos, inter-relações entre memória, patrimônio cultural e identidade, buscando apresentar historicamente os conceitos.

A disciplina, inserida no terceiro período do curso, retoma discussões sobre memória e patrimônio cultural, tendo como principais referenciais para a questão da memória individual e coletiva Jacques Le Goff (2003), Pierre Nora (1993) e José Maria Jardim (1995), contemplando o debate sobre a invenção da memória nos arquivos.

Para o trabalho com as políticas públicas de patrimônio, parte-se do conceito de patrimônio sustentado por autores como Françoise Choay (2001) e Leonardo Castriota (2009). Além disso, procura-se problematizar o lugar, ou o não lugar, dos arquivos nas políticas de patrimônio cultural, a partir das leituras de Janice Gonçalves (2002).

Para dar conta do debate sobre identidade no século XIX, a compreensão do objetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) de construir uma memória e uma história nacional a partir dos documentos selecionados por seus membros nas instituições, públicas ou privadas, torna-se fundamental. Nessa parte, autores como Manoel L. S. Guimarães (1988) e Lília Schwarz (1993) nos permitem discutir o papel dos Institutos Históricos no mundo e no País, além de contrapor tais investimentos no IHGB com aqueles que eram feitos nos órgãos mantidos pelo próprio governo, como, o Arquivo e a Biblioteca, a partir das referências de história institucional oferecidas pelos trabalhos de Ana Paula S. Caldeira (2017), Eliana Dutra (2005) e do Arquivo Nacional (2012), por exemplo.

A disciplina também aborda os percursos das instituições nas províncias/estados, mediante a análise de casos como o do Arquivo Público Mineiro (PARRELA, 2012), que são contrapostos às histórias institucionais de arquivos públicos de estados como o São Paulo, Pará e Rio Grande do Sul.

Como a opção de tratamento da temática na disciplina é por historiar a criação de órgãos de preservação e memória, são considerados os debates do início do século XX sobre os riscos de perda iminente do patrimônio e as tentativas de salvaguardar os acervos e as edificações propostas não só no nível federal, mas também no estadual, a partir dos trabalhos de José Reginaldo Gonçalves (1996) e Maria Cecília L. Fonseca (2005). Parte-se das investidas do advogado e poeta Augusto de Lima para preservar as “reliquias de Minas” e analisam-se o debate dos modernistas e a descoberta do patrimônio colonial para chegar às ações do Serviço de Patrimônio, atual IPHAN.

As noções de patrimônio construídas por Augusto de Lima, um dos primeiros diretores do Arquivo Público Mineiro e deputado responsável pela proposição de leis sobre o tema; e por Rodrigo Melo Franco de Andrade, primeiro chefe do serviço de patrimônio; são discutidas a partir de documentos da série “Augusto de Lima” do Arquivo do Arquivo Público Mineiro, e dos textos publicados por Rodrigo Melo Franco na Revista do Serviço por ele criado. Acredita-se que tal aproximação dos discursos desses intelectuais, por meio da leitura de seus documentos, ‘humaniza’ os debates e aproxima os alunos da experiência dos pesquisadores que utilizam fontes como essas para a construção de narrativas históricas.

Por outra parte, o trabalho com o patrimônio documental arquivístico se contrapõe, ao trabalho de reconhecimento das práticas do IPHAN, que resguarda essencialmente bens edificado nas políticas públicas desenvolvidas pelo órgão até os anos 1970.

Assim, para que seja mais bem compreendida a relação do patrimônio documental arquivístico com outros bens culturais, ao longo da disciplina, os discentes

desenvolvem uma atividade avaliativa de “reconhecimento” das instituições e dos bens culturais do estado. A proposta consiste em construir um caderno manuscrito de registro das visitas ao arquivo, à biblioteca, ao museu histórico, ao centro cultural, ao centro de memória e a monumentos civis e religiosos que têm tombamento isolado.

A título de ilustração, apresentamos abaixo o trabalho de uma aluna da disciplina do primeiro semestre de 2019. A ideia não é permitir a leitura, mas por meio da montagem visualizar o esmero no trabalho e a própria diversidade das formas de representação das visitas. Em pesquisas feitas no início de cada curso, é possível perceber que a maioria dos alunos não conhece um arquivo ao ingressar na graduação em Arquivologia e, muitas vezes, nenhum dos demais equipamentos e bens culturais que são indicados para as visitas e experimentações.

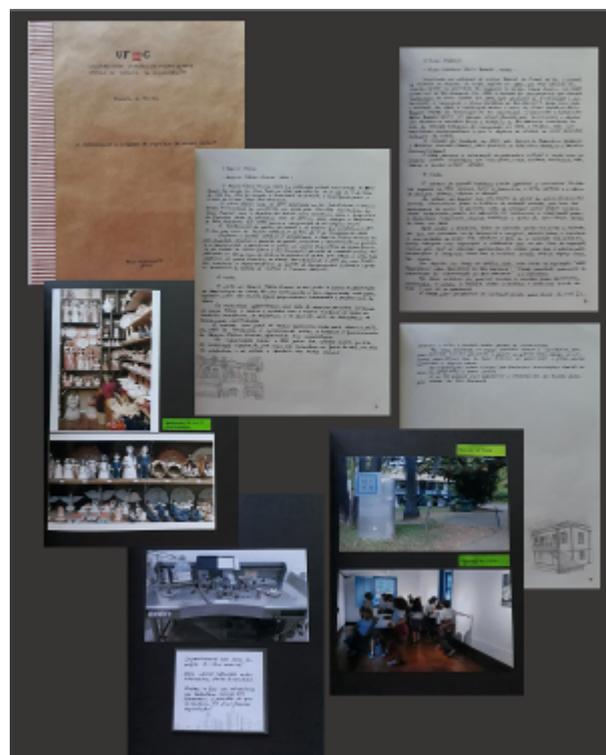


Figura 1 – Montagem com imagens do trabalho de Bianca de Sousa, 2019.

Além de visitar equipamentos culturais, a turma deve observar os usuários que estavam no espaço durante a visita e experimentar um “bem reconhecido como patrimônio imaterial”.

Como se trata de uma atividade desenvolvida com o patrimônio mineiro, mais de 90% dos trabalhos destacam a visita ao Mercado Central de Belo Horizonte para degustar queijos mineiros (e, em menor número, alimentos como a goiabada cascão, de São Bartolomeu, por exemplo), reconhecidos como patrimônio cultural de natureza imaterial.

Paralelamente ao debate sobre o Patrimônio Imaterial, discute-se a materialidade dos registros desses bens. Nesse caso, utilizam-se como exemplos os processos de “registro documental” dos bens patrimonializados pelo Departamento de Patrimônio Cultural de Belo Horizonte, que têm guarda permanente no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Essa tipologia documental é produzida pelo interessado em demolir um imóvel construído nas imediações de áreas de interesse de preservação, como os bairros tombados, em grandes manchas na cidade.

A análise desses casos permite incluir os debates sobre a preservação dos bens edificados não monumentais, como os bairros próximos ao centro da cidade planejada, e as discussões sobre casos de preservação da memória e da história afro-brasileira, como o terreiro de candomblé Ilê Wopo Olojukan, reconhecido como bem cultural de Belo Horizonte (processo iniciado em 1995, no bojo das comemorações do tricentenário de Zumbi).

O trabalho se conclui com uma visita técnica a Ouro Preto, a qual se justifica pelo papel de quase “laboratório das políticas públicas de patrimônio” que a cidade ocupa ao longo dos mais de oitenta anos de atuação dos órgãos de preservação.

Além do seu caráter de prática de ensino, a visita constitui um dos primeiros encontros das turmas em espaços informais. Como o curso é noturno, até o terceiro semestre, são raras as oportunidades de maior entrosamento e diversão do grupo. Por esse motivo, as visitas acabam se tornando um veículo de divulgação do curso e da profissão. Pois, as fotografias costumam ser amplamente divulgadas nas redes sociais dos alunos e contribuem para discussões sobre a graduação em Arquivologia e o trabalho dos profissionais da área, conforme a avaliação dos alunos.



Figura 2 – Visita da turma de Memória e Patrimônio Cultural a Ouro Preto em 2016.

5 Ação Cultural e Educação Patrimonial

Esta disciplina era oferecida originalmente como optativa. No entanto, mesmo hoje, quando se discute uma nova proposta curricular com mais ênfase nas

funções arquivísticas – opção teórica que nos levou a considerar a possibilidade de substituí-la por uma disciplina obrigatória dedicada à Difusão –, ela ainda se mantém na grade no sexto período do curso, com 4 créditos.

Acredita-se que sua proposta amarra as noções e os conceitos discutidos nas duas disciplinas citadas acima e abre espaços para discutir o lugar social dos arquivos, a partir dos trabalhos pioneiros de Heloísa Bellotto (2002, 2000) e das ações culturais capazes de difundir não só as possibilidades de uso e apropriação do arquivo, como também seu potencial como espaço de fruição e de produção cultural, como apontado por autores como Ramon A. Fulgueras (2001, 2003).

Entende-se que o arquivo é espaço de criação, e não apenas da pesquisa instrumental e fabricação cultural (COELHO NETO, 1989). Outro aspecto importante, que decorre desse entendimento, considera a discussão sobre ação educativa não-formal no espaço do arquivo como algo que não deve ser de responsabilidade exclusiva de outros técnicos da instituição, como o pedagogo ou o historiador, mas, também do arquivista.

Uma das dificuldades enfrentadas pelos usuários do arquivo, especialmente, os menos experientes, reside na compreensão das metodologias do trabalho arquivístico, não só na produção de instrumentos de pesquisa, como nas decisões tomadas de decisões na eliminação ou na definição de amostragens do que foi eliminado, por exemplo. Dar a conhecer os princípios arquivísticos, ferramentas de gestão de documentos ou instrumentos de pesquisa, também pode e deve ser discutido como temáticas educativas no arquivo. Tais ações não devem ser implementadas apenas quando se recebe os pares, os arquivistas, para visitas técnicas.

Ao discutir ainda o arquivo como espaço de educação – formal e não formal –, a partir das referências de Paulo Freire (2003), Adriana Koyama (2015) e Maria Carolina B. Galzerani (2013). Esses referenciais permitem pensar em novos usuários e suas demandas e na construção de propostas inclusivas para as instituições arquivísticas que sejam críticas em relação aos processos de monumentalização dos documentos, preocupados em fomentar o pensamento crítico, sem deixar de lado as sensibilidades dos diversos usuários do arquivo.

Nós formamos bacharéis em Arquivologia. Ao lembrar aos alunos que este é também um percurso de formação em educação no nosso curso, destacamos a importância dos ensinamentos de autores como Paulo Freire para uma compreensão alargada de educação que não se restringe aos espaços da escola.

Além das questões referentes às ações culturais produzidas no ou a partir do arquivo, a disciplina discute possibilidades de ações educativas capazes de serem desenvolvidas pelas instituições educacionais a partir dos subsídios oferecidos pelos arquivos.

Sugere-se ainda que os serviços arquivísticos quando se dedicam ao tratamento de documentos na fase corrente também podem e devem desenvolver ações educativas voltadas para os produtores de documentos.

Partindo-se do debate sobre a metodologia de Educação Patrimonial difundida pelo IPHAN, são revisitadas experiências já consolidadas em arquivos estrangeiros e nacionais bem anteriores aos anos 1990, como as francesas (PEGEON, 2012). Além disso, outras metodologias, como a proposta por Mattozzi (2009) de arquivos simulados, também são analisadas. São estudados os casos bem sucedidos do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (PARRELA, 2013), do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho (DRESLER, 2008) e do Arquivo Público Estadual do Rio Grande do Sul, em parceria com o curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Como forma de avaliação final, normalmente, os alunos produzem uma proposta de ações educativas para um arquivo predeterminado pelo professor. Na última oferta da disciplina, usaram-se os parâmetros da Plataforma Semente [3], utilizada pelo Ministério Público de Minas Gerais para fomentar atividades socioambientais e culturais em várias áreas, por meio de termos de ajuste de conduta. Em outras ocasiões, já foram utilizados os parâmetros da Lei Estadual de Incentivo à Cultura ou da Lei Municipal de Incentivo à Cultura de Belo Horizonte.

Além de tomar os editais e seus critérios como norteadores para elaboração das propostas, também já foram utilizados os parâmetros do Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG) e do IPHAN em exercícios que visam demonstrar a diversidade de editais que existia até 2018 e que poderiam ser caminhos para a captação de recursos para os arquivos. Dados fornecidos pelo IEPHA-MG em seus eventos de treinamento ou visíveis em seu banco de dados sobre o ICMS Patrimônio Cultural [4] demonstram que os arquivos são os equipamentos culturais que menos difundem seus acervos como parte do patrimônio dos municípios, assim como suas ações educativas.

6 Conclusão

Nesse momento, ao reformularmos o curso, incorporando mudanças advindas das novas regras da Universidade, aproveitamos a oportunidade para rever a estrutura de todo o curso. Com base na análise das disciplinas das áreas de Cultura, Memória e Patrimônio Cultural, concluiu-se que esse conjunto de temáticas oferece subsídios essenciais para a formação do arquivista no que tange às funções de avaliação dos documentos arquivísticos e de difusão dos acervos e de seus valores patrimoniais.

Ao analisar o formato que as três disciplinas ganharam ao longo dos dez primeiros anos do curso também se

tornou claro que é preciso inserir na grade curricular uma disciplina de “Difusão”, mais próxima as disciplinas de “Descrição” e “Estudo de Usuários de Arquivo”. Tais temáticas associadas, permitem pensar no trabalho intelectual do arquivista e em sua interlocução com os usuários distantes ou seus consulentes presenciais. Acredita-se que perguntas-chaves decorrem desse diálogo: para quem falamos quando descrevemos documentos? Quais são nossos canais de difusão hoje nas instituições arquivísticas? Qual o lugar das redes sociais nos programas de difusão? Quais são os documentos que iremos disponibilizar digitalizados para os usuários?

A decisão superior da Universidade, que motivou o início do novo processo de reformulação da grade curricular, e que deve contribuir para amplificar tais discussões na graduação define ainda a entrada de atividades de extensão como parte importante da formação dos alunos. Elas deverão, num futuro próximo, representar 10% das ações formativas dos alunos. Mas, essa experiência, ainda inédita para nós, pode ser um tema de outro artigo, em outra Reunião. Nós a citamos nesse texto apenas apontar a necessidade de pensarmos em outras possibilidades de aproximação dos discentes de Arquivologia com a sociedade.

Pois, acredita-se que além dos contributos diretos para o fazer do arquivista, as atividades culturais e educativas permitem qualificar a presença de outros públicos e usuários nos arquivos, como, as crianças ou os idosos, além de demonstrar a necessidade de construir parcerias com outras instituições e profissionais das áreas enfatizadas neste artigo para planejar exposições, visitas, presenciais ou virtuais, reapropriações do acervo por meio de experimentações artísticas e outras atividades que explorem a importância do arquivo para a construção da memória da sociedade na qual se insere. Outro aspecto importante, que carece de muita discussão entre nós, prende-se ao valor como patrimônio cultural dos documentos sob a custódia dos arquivos.

Nos últimos anos, muito se discutiu sobre o valor do documento arquivístico como prova, como garantidor de direitos, de um lado, e de seu valor informacional, de outro. As questões sobre seus valores como dispositivos para a construção de memórias históricas e coletivas andaram distante de nossas pautas. Acreditamos que é hora de rediscutir a importância do documento arquivístico, para atestar as ações das instituições públicas e privadas em tempos de pós-verdade e pouca credibilidade das instituições.

Notas

- [1] Para mais dados sobre o Programa Reuni na UFMG, cf. COELHO (2015).
- [2] Conforme Portaria do MEC 615, de 30 de outubro de 2014.
- [3] A Plataforma Semente é fruto de parceria entre o Centro Mineiro de Alianças Intersetoriais (CeMAIS) e o Ministério Público de Minas Gerais. De acordo com a

plataforma, “todas as ações realizadas são voltadas para a melhoria da atuação dos órgãos de defesa e conservação do meio ambiente e promoção da transparência na destinação das medidas compensatórias ambientais, aplicadas em termos de ajustamento de conduta, possibilitando maior acesso aos recursos disponíveis pelos proponentes que possuem projetos ambientais” (grifos nossos). Isso permite a inscrição de projetos sobre arquivo e educação. Cf. <http://sementemg.org/semente/page.php?id=1>

- [4] O ICMS Patrimônio Cultural é um programa de incentivo à preservação do patrimônio cultural do Estado de Minas Gerais, por meio de repasse dos recursos para os municípios que preservam seu patrimônio e suas referências culturais através de políticas públicas relevantes. O programa estimula as ações de salvaguarda dos bens protegidos pelos municípios por meio do fortalecimento dos setores responsáveis pelo patrimônio das cidades e de seus respectivos conselhos em uma ação conjunta com as comunidades locais. O acompanhamento das ações municipais e sua pontuação, que reverte recursos a mais para os municípios, de acordo com o investimento em patrimônio cultural é gerido pelo IEPHA-MG. A legislação original sobre o tema é de 1995. Cf. <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-aco/es/icms-patrimonio-cultural>.

Referências

- ARAÚJO, Eliany Alvarenga. A construção social da informação: dinâmicas e contextos. **DataGramZero** - Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v.2, n.5, out./2001.
- Arquivo Nacional**: 1838-2012. - 2. ed. - Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012. 64p.
- BELLOTTO, H. Documentos de Arquivo e Sociedade. In: **Ciências & Letras**. Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras. Educação e Patrimônio Histórico-Cultural. Porto Alegre: FAPA, n. 31, jan./jun. 2002. p.167-176.
- BELLOTTO, H. Patrimônio documental e ação educativa nos arquivos. In: **Ciências & Letras**. Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras. Educação e Patrimônio Histórico-Cultural. Porto Alegre: FAPA, n. 27, jan./jun. 2000. p.151-166.
- BOSI, Alfredo. Cultura como tradição. In: BORNHEIM, Gerd *et al.* **Cultura brasileira**: tradição/contradição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1987. p.31-58.
- CALDEIRA, A. P. S. . **O Bibliotecário Perfeito**: o historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional. Porto Alegre/ Rio de Janeiro: EDIPUCRS; Fundação Biblioteca Nacional, 2017. 396 p.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural**. Conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo; Belo Horizonte: Annablume, IEDS, 2009.
- CENDÓN, B. V. et al. Cursos de graduação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais: propostas de expansão e flexibilização. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 13, n. 3, p. 223-240, 2008.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Editora Unesp, 2001.
- COELHO NETO, José Teixeira. **O que é ação cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- COELHO, Maria de Lourdes. O programa Reuni na UFMG: contexto, adesão, implantação, criação do Giz e suas ações formativas. **Revista Docência do Ensino Superior**, v. 4, p. 3-46, 2015.
- COUTURE, Carol; LAJEUNESSE, Marcel. **L' archivistique à l'ère du numérique** - Les éléments fondamentaux de la discipline. Québec: Presses de L'Université du Québec, 2014.
- DIZARD, Wilson. **A nova mídia**: a comunicação de massa na era da informação. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- DRESSLER, Karina G. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho: trajetória, reconhecimentos e desafios. In: XV Congresso Brasileiro de Arquivologia, 2008, Goiânia. **Anais do XV Congresso Brasileiro de Arquivologia**, 2008. 16 p.
- DUTRA, Eliana R. F. A tela imortal – O catálogo da Exposição de História do Brasil de 1881. In: **ANAIS do Museu Histórico Nacional**, v. 37, 2005. p. 160–179. Disponível em: <http://www.docvirt.com/WI/hotpages/hotpage.aspx?bib=MHN&pagfis=8250&pesq=&url=http://docvirt.com/docreaderr.net#>. Acessado em: 01/06/2019.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; MinC, 2005.
- FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a Liberdade e outros escritos**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- FUGUERAS, Ramón Alberch i *et all.* **Arquivo y cultura**: manual de dinamización. Gijón (Espanha): Trea, 2001.
- FUGUERAS, Ramón A. Difusión y acción cultural. In: CRUZ MONDET, R.*et all.* **Administración de documentos y archivos**. Textos fundamentales. Disponível: <https://e-archivo.uc3m.es/handle/10016/19730#preview>. Acessado em: 07/08/ 2018.
- GONÇALVES, Janice. Os Arquivos no Brasil e sua proteção jurídico-legal. In: **Registro: Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba**. Indaiatuba, SP, Ano 1, n.1, jul. 2002, p. 28-43. Disponível em: <http://www.ppgh.udesc.br/images/stories/Arquivos%20e%20movimentos%20sociais.pdf>. Acessado em: 03/06/2019.
- GONÇALVES, José R. S. **A retórica da perda**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1996.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreira. *et all.* **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN/ Museu Imperial, 1999.
- HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela Memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, vol. 25, n. 2, p. 1-13, 1995. Disponível em:

- <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/viewFile/439/397>. Acessado em 30/05/2019.
- JEUDY, Henri. **Memórias do Social**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.
- KEESING, Felix M. **Antropologia cultural: a ciência dos costumes**. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1961.
- KOYAMA, Adriana Carvalho. **Arquivos online: ação educativa no universo virtual**. São Paulo: ARQ-SP, 2015. 360 p. (Thesis, 2).
- LE GOFF, Jacques. Memória. In: _____. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003. p. 419-476.
- MATTOZZI, Ivo. Arquivos Simulados e didática da pesquisa histórica: para um sistema educacional integrado entre Arquivos e Escolas. In: **História Revista**, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 321-336, jan./jun. 2009.
- MATTLART, A. **Diversidade cultural e mundialização**. São Paulo: Parábola, 2005.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>. Acessado em 30/05/2019.
- PEGEON, A. Uma experiência pedagógica em Arquivos: A disciplina “Arquivo” do Archives Nationales da França. In: **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 89-102, jan./jun. 2012. p. 89-102.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200–212, 1992. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/Article/1941>. Acessado em 30/05/2019.
- PARRELA, I. D.; ARREGUY, C. A. C. O curso de Arquivologia da UFMG. In: **Perspectivas em Ciência da Informação** (Online), v. 20, p. 1-13, abr./jun. 2015.
- PARRELA, I. D. Educação Patrimonial nos arquivos brasileiros: algumas experiências e perspectivas de uso da metodologia. In: **Ciência da Informação**, [S.I.], v. 42, n. 1, jan. 2015. Disponível em: <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/2266>. Acessado em: 07/06/ 2019.
- PARRELA, I. D. **Patrimônio documental e escrita de uma história da pátria regional – Arquivo Público Mineiro 1895-1937**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG (Coleção Olhares); Fapemig; 2012. 294 p.
- SCHWARZ, Lilia K. M. **O espetáculo das Raças. Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil. 1870-1930**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- SFEZ, Lucien. **A comunicação**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.